



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

REQUERIMENTO N° DE 2010

(Dos Srs. DUARTE NOGUEIRA e SILVIO TORRES)

Solicita que sejam convocados o **Ministro de Minas e Energia** e o **Ministro do Meio Ambiente** para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre inclusão da hidrelétrica de Tabajara, na região amazônica, nos projetos do PAC 2.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos Regimentais, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do **Ministro de Minas e Energia** e do **Ministro do Meio Ambiente** para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre inclusão da hidrelétrica de Tabajara, na região amazônica, nos projetos do PAC 2.

JUSTIFICAÇÃO

O jornal O Estado de São Paulo, em sua edição de 31 de março de 2010 publicou notícia sob o título “PAC 2 inclui hidrelétrica embargada por estar em área ambiental no AM”. Diz a notícia:

“A prateleira de projetos” do PAC 2, apresentada anteontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inflou os investimentos com obras no setor de energia e incluiu pelo menos uma usina sem chances de sair do papel. O governo pôs na lista de obras uma hidrelétrica a construir dentro de uma reserva ambiental que o próprio presidente criou.

A hidrelétrica de Tabajara, na região amazônica, com previsão para produzir 350 megawatts, teve seu processo de avaliação paralisado depois que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), ligado ao Ministério do Meio Ambiente, conseguiu mostrar que o projeto afetaria diretamente o Parque Nacional dos Campos Amazônicos. O parque foi criado por decreto presidencial em junho de 2006.

O instituto barrou o projeto logo no início, em 2007, evitando a emissão do termo de referência, primeira etapa para a obtenção de licenças ambientais.



As seis usinas hidrelétricas previstas para a Região Nordeste também podem não sair da "prateleira", como o presidente classificou o PAC 2 na solenidade de seu lançamento na segunda-feira. Todas as seis unidades já estavam listadas na primeira versão do Programa de Aceleração do Crescimento e foram transferidas para a segunda etapa porque a conclusão dos empreendimentos estava prevista para depois de 2010. O problema é que a tramitação dos processos se arrasta há seis anos. Pelos dados do sistema de licenciamento, nem a análise dos estudos para obtenção de licença prévia foi feita. Sem essa licença, o governo não pode sequer lançar o edital de licitação das usinas.

Os projetos da área de energia incluídos na segunda versão do PAC somam R\$ 1,09 trilhão, o equivalente a 68,6% da estimativa total de investimentos do programa. As obras de geração de energia hidrelétrica devem absorver R\$ 116,2 bilhões. Desse total, 80,3% serão aplicados nos primeiros quatro anos de vigência do PAC 2 e o restante ficará para depois de 2014. O governo estima um gasto de R\$ 220 bilhões em dinheiro vindo diretamente do Orçamento-Geral da União no PAC. Esse valor corresponde a apenas 13,8% da projeção de investimentos.

Usina de Pai-Querê. O governo incluiu ainda como obra a ser tocada no PAC 2 o processo mais antigo em registro no sistema de licenciamento ambiental federal. A usina de Pai-Querê, pequena hidrelétrica de 292 megawatts de potência prevista para ser construída entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, teve seu processo iniciado em maio de 2001. Os técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ainda aguardam a reapresentação de estudos para fazer a análise e emitir a licença prévia do empreendimento.

A demora na emissão de licenças ambientais deve afetar outros projetos previstos para a Região Norte. Ao menos seis usinas incluídas no programa tiveram seus processos iniciados há menos de um ano. Estão nesse bloco hidrelétricas como as de São Luís do Tapajós e Jatobá, que juntas vão produzir quase 8.500 megawatts de energia, mais da metade da capacidade de Itaipu, a maior hidrelétrica em operação no mundo.

Historicamente, as empresas interessadas na construção de usinas no País levam, em média, cinco anos para conseguir a primeira das quatro licenças necessárias para que as unidades possam entrar em operação.

Barreiras. A irritação do presidente Lula por conta do embargo de obras por decisões de órgãos públicos é histórica. O embate mais conhecido é o travado entre o Planalto e o Tribunal de Contas da União (TCU). Na segunda-feira, uma das justificativas dadas por Lula para o lançamento do programa de investimentos, que só serão tocados pelo próximo presidente, foi exatamente essa velha disputa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

"Nós aprendemos que, entre anunciar uma obra e essa obra começar a ser executada, tem um tempo que não depende individualmente de nenhum de nós e que depende de todas as barreiras que, historicamente, nós criamos para nos autofiscalizar."

De fato, mais de 30% dos pedidos de licenciamento ambiental registrados no sistema do Ibama ainda não receberam sequer a primeira das três licenças para entrar em operação. Alguns dos projetos estão parados desde 2001.”

Portanto, a convocação que ora requeremos é de fundamental importância para o cumprimento de nossas atribuições constitucionais.

Sala da Comissão, em 10 de outubro de 2010.

Deputado Duarte Nogueira PSDB - SP

**Deputado Sílvio Torres
PSDB - SP**